

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**PERCEPÇÕES DE PROFESSORES ACERCA DAS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS
PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM UMA
ESCOLA DO CAMPO**

Eronádia de Oliveira Pereira¹
Esmeraldo Gomes da Silva²
Sátilla Souza Ribeiro³

RESUMO- Esta pesquisa tem como objetivo analisar as percepções dos professores da Escola Municipal Júlia Medeiros acerca das estratégias pedagógicas direcionadas aos alunos com deficiência, localizada no Município de Ipecaetá-Ba. Esse estudo foi realizado junto a 02 (duas) professoras da referida Escola que atuam na educação infantil com crianças que possuem deficiência visual. A abordagem metodológica desta pesquisa é qualitativa na qual utilizamos o método empírico do tipo estudo de caso, de natureza descritiva, e quanto ao instrumento para o levantamento de dados foi utilizado o questionário estruturado. O embasamento que subsidiou a análise dos dados levantados fundamentou-se nos normativos legais brasileiros sobre inclusão, e em autores como: Vygotsky (1991,1997); Galvão (2010); Lima et al. (2013); Luz, Souza e Souza (2016); Ribeiro (2017); Marins (2019), dentre outros. Os resultados demonstraram que as professoras têm desenvolvido estratégias pedagógicas visando à garantia da inclusão e aprendizagem das crianças com deficiência visual, a saber: atividades com texturas, tintas em alto relevo e colagem; estimulação tátil-olfativa dos elementos trabalhados em sala de aula; relações afetivas entre aluno-aluno e aluno-professor; dentre outras. Porém, as participantes destacam a necessidade de formação específica na área da educação inclusiva.

PALAVRAS-CHAVES: Estratégias pedagógicas. Educação do Campo. Inclusão. Deficiência visual.

¹ Discente do Curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo, pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: eronadiapereira@gmail.com

² Discente do Curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo, pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: esmeraldosilva79@gmail.com

³ Professora Assistente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB/CETENS). E-mail: satilla@ufrb.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

ABSTRACT- This research aims to analyze the perceptions of the teachers of the Municipal School Júlia Medeiros about the pedagogical strategies directed to students with disabilities, located in the Municipality of Ipecaetá-Ba. This study was carried out with 02 (two) teachers of the mentioned School that work in the education of children with children who are visually impaired. The methodological approach of this research is qualitative, in which we used the empirical method of the case study type, of a descriptive nature, and the structured questionnaire was used for the instrument for the data collection. The basis for the analysis of the data collected was based on Brazilian legal norms on inclusion, and on authors such as: Vygotsky (1991,1997); Galvão (2010); Lima et al. (2013); Luz, Souza e Souza (2016); Ribeiro (2017); Marins (2019), among others. The results showed that the teachers have developed pedagogical strategies aimed at guaranteeing the inclusion and learning of children with visual impairment, namely: textures, discovery of the flavors and smell of the worked elements; the relationships established between student-student and student-teacher; activities with raised inks, collage, among others. However, the participants emphasize the need for specific training in the area of inclusive education.

KEYWORDS: Pedagogical strategies. Rural Education. Inclusion. Visual impairment.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

1. INTRODUÇÃO

No contexto educacional brasileiro, o período de 1990 foi sinalizado por um movimento em torno da escola como um espaço afável para as crianças, independente de suas especificidades. Galvão (2010) discute o ambiente escolar como um espaço que favorece o progresso do aluno. Na escola,

Durante todo o tempo se estabelecem relações entre as crianças e seus pares, entre as crianças e os adultos, o que permite afirmar que a escola é um campo fértil para a promoção do desenvolvimento humano (GALVÃO, 2010, p. 98).

Nessa perspectiva, a educação do campo vem, ao longo dos anos, reivindicando a produção do saber que considere os valores identitários e culturais das escolas do campo. A partir da aprovação das Diretrizes Nacionais para a Educação do Campo e dos movimentos em favor dessa educação, foi assegurada a proposta de construção de uma Política Pública de Educação Básica do Campo (LIMA et. al, 2013).

Assim, a escolha da Escola Municipal Júlia Medeiros, como *lócus* da pesquisa, se deu por esta ser uma Escola do Campo, que possui alunos com deficiência visual (DV) matriculados. Além de conhecermos o ambiente escolar pesquisado, haja vista que um dos pesquisadores desse trabalho é professora da referida instituição, e percebeu a necessidade de materiais didáticos contextualizados e estrutura adequada para esses alunos com DV. Essas foram as nossas inquietações que culminaram nesse presente estudo.

Assumimos o termo pessoa com deficiência, no presente trabalho, como aquelas que podem ter impedimentos de caráter físico, intelectual ou sensorial, onde as diversas barreiras podem ser obstáculos para a sua participação ativa na sociedade (BRASIL, 2015).

Destacamos que a palavra **percepção**, é compreendida aqui como um exercício de perceber, entender e interpretar, psicologicamente, alguma coisa. Origina do latim *perceptione*⁴, no qual o sujeito faz da percepção algo consciente e transformador.

O paradigma escolhido que norteou a análise e discussão dos dados foi a Teoria

⁴ Disponível em: <<https://queconceito.com.br/percepcao>>. Acesso em: 19 de mai. de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Sociointeracionista (VYGOTSKY, 1991, 1997), por discutir que, a maneira como a pessoa com deficiência visual é vista socialmente, o papel que os outros (sociedade/escola) atribuem a ela, tende a impulsionar ou não o seu desenvolvimento e interação com o mundo social/cultural em que está inserida.

Nesse contexto, visando conhecer estudos já realizados sobre esta temática, procedeu-se a uma revisão de literatura realizada em duas bases de dados de abrangência nacional, sendo elas, Scielo e Capes, a fim de coletar e filtrar as publicações referentes ao tema no período iniciado após a promulgação da Legislação da acessibilidade nº 10.098/2000, ou seja, entre os anos de 2000 a 2018, com os descritores: inclusão; pessoas com DV; estratégias pedagógicas; considerando apenas aquelas relacionadas às estratégias pedagógicas para a inclusão de alunos com DV na escola do campo.

O resultado dessa busca apresentou apenas 01 (uma) pesquisa científica (BORGES, 2016), intitulada “Deficiência visual: dificuldades e estratégias do professor no processo de inclusão escolar no ensino médio”. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís. A pesquisa encontrada elucida as estratégias pedagógicas docentes que potencializam a inclusão de alunos com DV no ensino médio.

Justificamos a realização dessa pesquisa também pelo aumento do ingresso de alunos com DV no sistema educacional brasileiro. Segundo o INEP/MEC (2016), o número de matrículas de alunos com deficiência no âmbito da educação básica passou de 325.136, em 2007, para 750.983, em 2015 (BRASIL, 2016), ampliando, assim, a necessidade de discussões acerca da inclusão desses alunos e da escola do campo estar preparada para recebê-los, de forma exitosa.

Assim, a questão norteadora desta investigação busca compreender: como os professores da Escola Municipal Júlia Medeiros percebem as estratégias pedagógicas direcionadas aos alunos com DV no processo de inclusão? Nessa perspectiva, este estudo tem como objetivo analisar as percepções dos professores acerca das estratégias pedagógicas direcionadas aos alunos com DV matriculados na Escola Municipal Júlia Medeiros.

A abordagem metodológica desta pesquisa foi qualitativa, na qual utilizamos o método empírico do tipo estudo de caso, de natureza descritiva, e quanto ao instrumento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

para o levantamento de dados foi utilizado o questionário estruturado, com perguntas abertas e fechadas.

Em seu desenvolvimento, este trabalho encontra-se dividido em cinco outras seções, como: desafios e perspectivas na educação do campo; estratégias pedagógicas inclusivas como favorecedoras do processo de inclusão de crianças com deficiência visual na escola do campo; percurso metodológico; resultados e discussões, que serão apresentados a partir dos objetivos propostos para esta pesquisa, buscando-se responder à questão de investigação; e as considerações finais.

2. DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

O direito de estar incluído nas escolas do campo, creches e instituições educacionais, de um modo geral, é assegurado pelo ordenamento jurídico brasileiro desde a Carta Magna até os documentos que compõem o ordenamento infraconstitucional. Além das Declarações de Jomtien, 1990, de Salamanca, 1994, e da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência de 2007⁵.

É importante conceituarmos deficiência visual (DV) que, de acordo com Gil (2000, p. 6), se constitui como “alteração da capacidade funcional decorrente de fatores como rebaixamento significativo da acuidade visual, redução importante do campo visual e da sensibilidade aos contrastes e limitação de outras capacidades”. Luz, Souza e Souza (2016) argumentam que a baixa visão relaciona-se à diminuição visual e não à perda total desse campo, variando em diversos graus de intensidade.

Outrossim, Ferreira (2015) destaca que no Art.1º da portaria 3.128/2008 do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO): “considera-se cegueira quando o valor da acuidade visual corrigida no melhor olho encontra-se abaixo de 0,05 ou o campo visual menor do que 10º” (FERREIRA, 2015, p. 4).

Tais informações nos fazem refletir sobre os desafios e perspectivas da inclusão e a importância do uso de materiais pedagógicos adaptados ao aluno com DV, assim, “o

⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 03 de mar. de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

termo inclusão está relacionado diretamente ao conceito de garantia de oportunidade para esses alunos” (MARINS, 2019, p. 37).

Dessa maneira, a educação inclusiva nas escolas do campo, vem reivindicando, por meio de movimentos sociais, uma educação voltada para as necessidades das comunidades do campo e que, de acordo com o art. 28 da LDB 9394/96 e a Lei Nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015), que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), a educação constitui direito da pessoa com deficiência em todos os níveis e aprendizado, além de promover as adaptações necessárias às peculiaridades da vida no campo.

Para Galvão e seus colaboradores (2015, p. 02), as adaptações para a inclusão de pessoas com DV “envolvem prioritariamente as áreas da locomoção, acessibilidade física, e da comunicação”. Nessa perspectiva, a inclusão na educação do campo se institui um dos grandes desafios das instituições de ensino, atualmente, em virtude de vários aspectos, a exemplos de estrutura inadequada, ausência de material adaptado, além da fragilidade na formação inicial e continuada de professores que atuam na área de inclusão. Por isso, se faz necessário criar estratégias pedagógicas que possibilitem não somente a inclusão, mas a aprendizagem desses alunos em comento, como apresenta a seção a seguir.

3. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS COMO FAVORECEDORAS DO PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA ESCOLA DO CAMPO

Destacamos a compreensão de **estratégias pedagógicas** como a organização de metodologias, atividades e recursos didáticos que potencializam a inclusão dos alunos com deficiência no contexto educacional, envolvendo a “disponibilização de materiais e conteúdos pedagógicos que deverão favorecer a autonomia e participação do educando” (RIBEIRO, 2017, p. 17), de forma que não prejudique a inclusão dos alunos com DV em sala de aula.

A Teoria sociointeracionista vygotskyana mostra que, a partir do momento em que o ser humano se relaciona com o meio e com outras pessoas, adquire novos conhecimentos,

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

novas experiências, novos olhares... Assim, "O ser humano só adquire cultura, linguagem, desenvolve o raciocínio se estiver inserido no meio com os outros" (Vigotsky, 1991, p.22). Logo, a inclusão e, conseqüentemente, a aprendizagem se dá numa experiência social de interação através da comunicação e da prática, considerando as suas peculiaridades.

Destacamos que, a criança com deficiência no processo de ensino e aprendizagem pode encontrar obstáculos. A insegurança e timidez podem ser exemplos dessas dificuldades. Logo, o professor deve apresentar diferentes estratégias pedagógicas e recursos de acessibilidade, dentre elas a chamada Tecnologia Assistiva (TA). A TA é compreendida como uma área do conhecimento constituída por "recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade e participação de pessoas com deficiência" (GALVÃO FILHO et al., 2009, p. 26), a exemplo da imagem 1 a seguir.

Imagem 1: Aluno com deficiência visual realiza prova na forma digital.



Disponível em: <<https://infonoticiasdefnet.blogspot.com/2013/01/tecnologia-assistiva-cegos-realizam.html>>. Acesso em: 15 de mai. de 2019.

As provas no formato digital são feitas mediadas pelos professores capacitados na área; esse recurso irá estimular a autonomia e inclusão educacional da criança com deficiência visual. TA envolve as áreas de comunicação, acesso a computador com sistemas de navegação acessíveis, leitura/escrita, dentre outros recursos (BRASIL, 2009).

Para Quintela; Bondezan (2006) e Marins (2019), no contexto de sala de aula, as estratégias pedagógicas podem ampliar as práticas de ensino possibilitando o desenvolvimento do aluno com deficiência, mas para isso é necessário que o professor reflita

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

sobre a sua prática pedagógica, pois “[...], a educação feita nas classes inclusivas impõe um desafio muito grande a todos os envolvidos, principalmente aos professores regentes e aos alunos” (MARINS, 2019, p. 37).

Segundo a teoria sociointeracionista de Vygotsky, o ser humano aprende significativamente quando entra em contato direto com o meio em que está inserido (VYGOTSKY, 1991), e as estratégias pedagógicas, a exemplos de: prova em formato braile; prova de forma verbalizada; apresentação de seminários; permissão para que o aluno utilize em sala de aula o gravador; computador com programas acessíveis; estimulação tátil-olfativa dos recursos estratégicos utilizados nas atividades em sala de aula, dentre outros, contribuem para uma inclusão exitosa.

4. PERCURSO METODOLÓGICO

Esse estudo foi realizado junto a 02 (duas) professoras da Escola Municipal Júlia Medeiros que atuam na educação infantil com crianças de cinco anos de idade, e, dentre elas, duas possuem DV, sendo que tais alunos são matriculados no Grupo Cinco⁶. A referida Escola fica localizada no Município de Ipecaetá-BA, cujo número populacional é de aproximadamente 15.753 habitantes, e fica a 57 Km de distância de Feira de Santana-BA. A instituição de ensino possui 10 professores, e o número total de alunos do Grupo 01 ao 05 é de 150 alunos. Os mesmos estudam em tempo integral⁷ divididos entre os turnos matutino e vespertino.

As professoras foram convidadas para participação na pesquisa, através das assinaturas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE 1) e Termo de Autorização da Pesquisa na Escola (APÊNDICE 3). Objetivando preservar a identidade das participantes, optamos por identificá-las por meio de pseudônimos, seguido da identificação

⁶ O Grupo 5 Educação Infantil compreende o ensino para crianças de 5 (cinco) anos de idade. Nessa etapa de formação, os conteúdos exploram a ludicidade e multidisciplinaridade, objetivando formar integralmente as crianças, e, dessa forma, serem autores dos próprios conhecimentos.

⁷ O período integral corresponde ao “período de, no mínimo, 07 horas e, no máximo, 10 horas ao dia, conforme indicação no Parecer 17/12 do CNE, [...], indicado preferencialmente para as crianças em situação de maior vulnerabilidade” (FERREIRA; DIDONETE, 2015, p. 7).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

(P1 e P2): Professora 1 e Professora 2, e a referência às suas falas é dada através de siglas P1 e P2. Ressaltamos que P1 possui formação em Letras e P2 em Pedagogia.

A abordagem metodológica desta pesquisa foi qualitativa, utilizamos o método empírico, do tipo estudo de caso, de natureza descritiva, e quanto ao instrumento para o levantamento de dados foi utilizado o questionário estruturado. Justificamos a escolha do questionário por poder utilizá-lo para conhecer respostas acerca de uma temática específica, como ressaltava Gil (1999), o qual afirma que as questões contidas no questionário podem ser de conteúdo sobre práticas, realizações, tomadas de decisões, comportamentos, entre outros.

Nessa perspectiva, o questionário aplicado junto aos participantes da pesquisa (APÊNDICE 6) contém treze questões: fechadas, múltipla escolha e abertas que abordavam aspectos buscando ao objetivo da investigação, possibilitando aos mesmos a escolha da resposta entre as opções fornecidas.

A análise dos dados se deu através da análise de conteúdo, o qual, de acordo com Bardin (2014) “é um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos, [...], extremamente diversificados” (p.11), e para discussão dos dados foram levantadas, a partir das falas dos participantes, as seguintes categorias de análise: 1. Desafios enfrentados no contexto educacional inclusivo; 2. Percepção dos docentes acerca das dificuldades no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência visual; 3. Estratégias pedagógicas inclusivas. Tais categorias passam a ser analisadas na sequência deste trabalho.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seção “Resultados e discussões” foi construída a partir dos dados levantados na pesquisa de campo, após a entrega dos questionários pelos participantes. Seguem as categorias:

5.1. DESAFIOS ENFRENTADOS NO CONTEXTO EDUCACIONAL INCLUSIVO

Como dito anteriormente, através de entrevistas, busca-se analisar as percepções dos

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

professores acerca das estratégias pedagógicas direcionadas aos alunos com deficiência visual matriculados na Escola Municipal Júlia Medeiros. Foram entrevistadas duas professoras, as quais chamaremos de P1 (professora 1) e P2 (professora 2).

P1 é graduada em Letras e especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, possui cinco anos de docência na educação básica⁸. P2 por sua vez, é graduada em Pedagogia e especialista em psicopedagogia institucional e clínica, possui dez anos de experiência na educação básica. Ambas as professoras afirmaram enfrentar muitos desafios em relação à inclusão dos alunos com DV.

“O aluno com deficiência visual demonstra dificuldade no processo de inclusão, como por exemplo, pouca interação com os colegas de turma. A luta tem sido grande, mas já é possível notar alguns avanços desde o início do ano, até agora” (P1).

A fim de minimizar as dificuldades frente ao aluno com DV, Silva (2010) orienta o professor a utilizar materiais com diferentes texturas na elaboração de recurso didático e “estimular todos os sentidos do seu aluno cego” (SILVA, 2010, p. 2).

Quando questionamos acerca dos desafios da professora em sala de aula com a criança com DV, a mesma afirmou: *“Meu maior desafio é encontrar material adequado para a necessidade do meu aluno com deficiência visual, além da ausência de formação específica para atuar na área de inclusão” (P2).*

A fim de sugerirmos algumas alternativas sobre estratégias pedagógicas para a inclusão de alunos com DV, destacamos aqui algumas dicas que o Núcleo de Políticas de Inclusão, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (NUPI/UFRB), em uma publicação intitulada “Orientação aos Professores: dicas sobre a convivência com alunos com deficiência” traz, dentre outras, as seguintes orientações sobre o trabalho com estudantes cegos:

- ✓ Compreenda que a pessoa cega não vive num mundo escuro e sombrio. Ela percebe coisas e ambientes e adquire informações

⁸ A educação básica ou ensino básico constitui-se ao nível de ensino escolar no período inicial aqui no Brasil, e divide-se em três fases, sendo elas a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

através do tato, da audição, do paladar, do olfato, dos sentidos sinestésicos e dos sentidos vestibulares.

- ✓ Utilize materiais com diferentes texturas na elaboração de material didático e estimule todos os sentidos do seu aluno cego, através de diferentes atividades.
- ✓ O excesso de ruídos na sala provoca incômodo ao aluno cego, pois o mesmo se utiliza muito da via auditiva para a aprendizagem do contexto (UFRB, 2012, p. 2).

Diante das orientações citadas acima, refletimos sobre a percepção da P2 com relação a carência de material e recurso didático que atenda a real demanda do seu aluno, a mesma enfatiza a ausência de formação inicial e continuada para a atuação na área de inclusão. Talvez caiba aqui pontuarmos acerca da Constituição Federal, ao afirmar que a educação é um direito de todos visando “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Art. 205). Também é dever do Estado garantir, não somente a inclusão desses alunos, mas a formação específica para os profissionais da área (BRASIL, 1988), assegurando a capacitação dos professores e disponibilização de materiais educativos, a exemplos da Coleção Atendimento Educacional Especializado (AEE), disponibilizado para Download via Secretaria de Educação Especial (Seesp/MEC)⁹.

5.2. PERCEPÇÕES DOS DOCENTES ACERCA DAS DIFICULDADES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM DEFICIENCIA VISUAL NA ESCOLA

Ao analisar as percepções das professoras através das respostas ao questionário aplicado, observamos a insegurança e a preocupação que ambas apresentam em relação ao aprendizado, com êxito, dos seus alunos. A insegurança é considerada normal, haja vista que o aluno com DV requer uma nova perspectiva de trabalho, em outras palavras, adaptações no momento de ministrar as aulas, conhecimento do sistema escrita braile. Além de considerarmos importante para a comunicação, o uso de leves toques e voz branda na relação

⁹ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/despesas/192-secretarias-112877938/seesp-esducacao-especial-2091755988/12625-catalogo-de-publicacoes>>. Acesso em: 15 de mai. de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

comunicacional, possibilitando ao aluno tocar no professor e conhecê-lo (a), afetivamente, se fazendo confiantes um para com o outro.

De acordo com o questionamento sobre as principais dificuldades com relação ao processo ensino e aprendizagem do aluno com DV relacionando no que se refere à comunicação, interação com a classe e exposição dos conteúdos e ministração da disciplina, P1 relatou com relação à comunicação que *“Os alunos não conversam, por isso tenho dificuldade de compreender suas necessidades em determinado momento”*, P2, por sua vez, com relação à interação do aluno com a classe destacou que *“Os alunos são bem agitados, as vezes agridem os colegas, e para tentar solucionar a dificuldade, busco trabalhar com texturas, alto relevo e atividades lúdicas”*.

No que se refere às dificuldades na exposição de conteúdos e ministração das disciplinas, P1 colocou que,

“O município não possui recurso específico para trabalhar com a inclusão. Foi uma surpresa quando recebi os meus alunos com deficiência. Imediatamente, procurei a coordenadora de educação especial do município vizinho, e a mesma me passou um material com trabalhos a serem desenvolvidos” (P1).

Notamos que, mesmo diante de inúmeras leis que asseguram a inclusão do aluno com deficiência no ambiente escolar, bem como a utilização de materiais adaptados e ensino contextualizado, ainda existem municípios que não estão preparados para atenderem esses alunos em comento.

Tais dificuldades são comuns às duas professoras participantes da pesquisa. E, diante das dificuldades e desafios, faz-se necessário oferecer um ensino de qualidade a todos os alunos, independente de suas diferenças, considerando as particularidades e individualidades de cada um. No Brasil, algumas instituições de ensino oferecem apoio e projetos educacionais, oferecidos através do Atendimento Educacional Especializado (AEE), mas na instituição observada ainda não era oferecido nenhum suporte.

O Atendimento Educacional Especializado é um serviço da Educação Especial para atender aos alunos que possuem necessidades educacionais especiais durante sua vida escolar. Seu objetivo é eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2011, p. 3).

Sendo assim, diante das falas das professoras, percebe-se que a criança com deficiência visual, ao acessar a escola, pode sofrer dificuldades de adaptação e, principalmente, de relacionamento. Por isso, é importante incluir a criança numa sala de aula com todos os recursos necessários, bem como o atendimento educacional especial considerando o ritmo de aprendizagem, para que ela usufrua das oportunidades como os demais colegas.

5.3. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

No trabalho diário, o professor precisa aplicar estratégias pedagógicas, utilizando diferentes recursos e metodologias para ajudar o aluno, bem como deve integrar a família nesse processo. Compreendemos estratégias pedagógicas como diferentes métodos e técnicas utilizados e aplicados por professores, com a finalidade de atingir seus objetivos de ensino.

Quanto às estratégias pedagógicas, a exemplo de recurso didático ou tecnologia assistiva para a realização da atividade, P2 afirma que o *“ambiente escolar não é adequado para acolher sua deficiência, mesmo assim eles conseguem se locomover sem se machucar”*. P1 destaca que, embora o ambiente não dispusesse de uma estrutura física adequada, como piso tátil utilizado para auxiliar a locomoção de pessoas com deficiência visual *“os alunos são bastante independentes, conseguem andar em todo ambiente sem se machucar”* (P1). Apesar de serem bastante autônomos e independentes na locomoção, é importante levar em consideração que os alunos estão em processo de formação e precisam ter garantidos os seus direitos de acessibilidade. A fim de entender o significado do termo acessibilidade:

Acessibilidade espacial significa bem mais do que apenas poder chegar ou entrar num lugar desejado. É, também, necessário que a pessoa possa situar-se, orientar-se no espaço e que compreenda o que acontece, a fim de encontrar os diversos lugares e ambientes com suas diferentes atividades, para que todos possam participar das atividades existentes e que utilizem os espaços e equipamentos com

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

igualdade e independência na medida de suas possibilidades
(MARTA, 2009, p. 22).

Nesse contexto, para favorecer o acesso à criança com DV, é indispensável que o professor esteja atento às necessidades apresentadas pela mesma. Ressaltamos que ambas as participantes não possuem formação na área de inclusão de pessoas com deficiência, mas, elas gostariam de receber alguma capacitação na área, as mesmas demonstram interesse na formação e, assim, adaptar novas metodologias de ensino e aprendizagem para os seus alunos com DV em sala de aula.

Quando questionamos acerca das estratégias utilizadas pelas professoras na educação infantil de alunos com DV, P2 afirmou “*busco trabalhar com texturas, alto relevo, colagem, mesmo com dificuldades, eu consigo executar as atividades, registro em papel e fotos*”. Por sua vez, P1 destaca que trabalha com elementos experimentais nas crianças com DV.

“Trabalhamos mais com coisas experimentais: texturas, sabores, cheiros. Nas atividades escritas foram utilizadas tinta em auto relevo e colagem, porém é visto a dificuldade quando é registrado no papel” (P1).

Diante disto, indagamos sobre quais mudanças foram realizadas na metodologia, nos recursos didáticos, no processo avaliativo ou no tempo disponibilizado para o desenvolvimento das atividades em sala de aula pelo aluno com deficiência. A P1 afirma que passou a trabalhar mais com a questão comportamental dos alunos, pois os mesmos eram muito agitados e inquietos, P2 diz usar material apropriado e recursos específicos. Notamos, a partir dos relatos que, diferentes metodologias são aplicadas pelas professoras na tentativa de alcançar os objetivos propostos, levando em consideração a participação dos alunos durante as aulas.

Percebemos também que, diante dos relatos, as participantes da pesquisa possuem uma relação dialógica agradável para com os alunos, o que estimula e motiva esses em seu aprendizado, demonstrando interesse no processo de ensino. Destacamos a importância dos recursos ópticos em sala de aula. Recursos ópticos são recursos para pessoas com baixa visão que utilizam lentes ou combinação de lentes para uma melhor ampliação das imagens e/ou

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

letras, como na imagem 2 abaixo. Tais recursos podem ser instrumento de aproximação e facilitador do processo de ensino aprendizagem do aluno com DV (BRASIL, 2010).

Imagem 2: Treinamento de recurso óptico



Fonte: Brasil (2008, p. 20). Acesso em: 10 de maio de 2019.

Existem, também, os recursos não ópticos para pessoas com baixa visão e com DV, como: modificações no ambiente, mobiliário, iluminação, “ampliação de fontes, de sinais e símbolos gráficos em livros, apostilas, textos avulsos, jogos, agendas, entre outros” (SÁ, et al., 2007, p.19).

O professor deve estar atento às diferenças entre alunos cegos e alunos com baixa-visão, pois os recursos utilizados são diferentes, como exemplo, os alunos com baixa visão podem praticar leitura através de fontes específicas e letras em tamanho ampliado. Salientamos também a importância do sistema de escrita Braille:

[...], a escrita Braille foi criada por Louis Braille – francês (1809-1852), que perdeu a visão na infância, mas manteve o interesse em estudar, e com apenas 15 anos de idade superou dificuldades para chegar ao novo sistema de escrita destinado a pessoas com deficiência visual. E, por conseguinte descobriu que poderia aplicar também nas diversas áreas do conhecimento (LUZ; SOUZA; SOUZA, 2016, p. 41).

O sistema Braille é uma relevante ferramenta para o desenvolvimento da leitura e escrita para os alunos com DV. Os textos impressos podem ser transcritos em Braille através do reglete e pela máquina de escrever em Braille. Para Galvão (2010), a visão não se desgasta quando é utilizada; quanto mais se utiliza o resíduo visual, mais se aprende a

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

utilizá-lo, por mínimo que ele seja. Por isso, quando utiliza o Braille, o aluno com baixa visão precisa ter oportunidades de estimular também o seu resíduo visual (GALVÃO, 2010, p. 3).

Imagens 3, 4 e 5: Máquina de escrever em Braille; reglete; leitura e escrita em Braille.



Disponíveis

em:

[https://www.google.com.br/search?q=m%C3%A1quina+de+escrever+em+braille&source=lnms&tbn=isch&sa=dAhWKgJAKHQPkAH8Q_AUIDygC&biw=1366&bih=608#imgrc=GLtyHeykgjgFOM: >](https://www.google.com.br/search?q=m%C3%A1quina+de+escrever+em+braille&source=lnms&tbn=isch&sa=dAhWKgJAKHQPkAH8Q_AUIDygC&biw=1366&bih=608#imgrc=GLtyHeykgjgFOM:). Acesso em: 10 de mai. de 2019.

Diante disso, cabe ao professor e à instituição de ensino selecionar recursos que despertam o interesse do aluno, considerando a diversidade de aprendizagem atendendo, sobretudo, os aspectos da percepção tátil. Temos como exemplo de atividade o jogo com textura e contraste como na imagem 6 a seguir.

Imagem 6: Jogo com textura e contraste



Fonte: (BRASIL, 2008, p. 25). Acesso em: 10 de mai. de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Destacamos mais uma vez, nesse trabalho, a relevância do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o qual, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seu Art. 58, preconiza que,

O atendimento educacional especializado será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, se não for possível a sua integração nas escolas comuns do ensino regular (BRASIL, 1996, art. 59, parág. 2º).

Logo, entendemos que o professor que trabalha com esse tipo de atendimento precisa contemplar os alunos em suas peculiaridades e reais necessidades, sem esquecer, ainda, da importância do trabalho coletivo, além de ministrar as disciplinas com métodos educativos específicos, considerando o contexto de vida de cada aluno (a).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar sobre a escola do campo se constitui um ofício desafiador e complexo, pois são variados os aspectos que permeiam a educação do campo na perspectiva da educação inclusiva, que abrange desde as interações do cotidiano escolar até o processo de ensino e aprendizagem.

Diante dos relatos das professoras participantes do presente estudo, notamos que, incluir a criança com DV no ambiente escolar não é simplesmente colocá-las dentro da sala de aula, pelo contrário, requer práticas pedagógicas diferenciadas, considerando as especificidades e ritmo de aprendizagem de cada um (a), bem como metodologia, estratégias didáticas, recursos didáticos diferenciados, dentre outros.

Ficaram evidentes, nas percepções trazidas pelas professoras, que a Educação Inclusiva para se fortalecer, requer a participação efetiva e o comprometimento da comunidade escolar e não somente dos professores, a saber: escola, creche, instituição educacional e de políticas governamentais. Para as professoras, na educação do campo, o processo de ensino/aprendizagem deve se adequar às características e culturas de cada comunidade.

Os resultados dessa pesquisa demonstraram que as professoras da Escola Municipal



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Júlia Medeiros têm desenvolvido estratégias pedagógicas visando à garantia da inclusão e aprendizagem das crianças com DV, a saber: aplicação de atividades com texturas, tintas em alto relevo e colagem; possibilitam o descobrimento dos sabores pelos alunos através do olfato e tato; favorecem, continuamente, relações afetivas entre aluno-aluno e aluno-professor; dentre outros resultados. Porém, as participantes destacam a necessidade de formação específica na área da educação inclusiva e carência de materiais didáticos e tecnológicos contextualizados.

Finalizamos esse trabalho afirmando que o mesmo trouxe grande relevância para nossa formação enquanto pedagogos, com ênfase na Educação do Campo, pois a partir desse estudo refletimos muito mais sobre a relevância das estratégias pedagógicas para a inclusão de alunos com deficiência de um modo geral. Assim, almejamos que esta pesquisa possa fomentar discussões que garantam ao aluno com deficiência na educação do campo, o direito de viver com dignidade as suas escolhas, não somente no ambiente escolar, mas também na sua existência.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2014.

Borges, T. C. B. **Deficiência visual: dificuldades e estratégias do professor no processo de inclusão escolar no ensino médio**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016. Disponível em: < <http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/bitstream/tede/1236/5/Tamires%20Coimbra%20Bastos.pdf>>. Acesso em: 10 de jan. de 2019.

BRASIL. **Atendimento Educacional Especializado- AEE. Política de Educação Especial, na Perspectiva Inclusiva SEESP/MEC**, 2008. Disponível em: < http://www.pmpf.rs.gov.br/servicos/geral/files/portal/AEE_Apresentacao_Completa_01_03_2008.pdf>. Acesso em: 14 de mai. de 2019.

_____. **Constituição da República federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

_____. **Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Conferência de Jomtien, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 03 de mar. de 2019.

_____. **Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011** – dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, 2011. Disponível em: < <https://institutoitard.com.br/atendimento-educacional-especializado-a-verdade-do-aee-na-escola/>>. Acesso em: 2 de mar. de 2019.

_____. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP**. Censo escolar 2015: notas estatísticas. Brasília: INEP/MEC, 2016.

_____. Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN**. Brasília: Ministério da Educação, 1996. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 27 fev. de 2019.

_____. Lei Nº. 13.146. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Regulamentada em 6 de julho de 2015. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm>. Acesso em: 25 de março de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

_____. Legislação da acessibilidade nº 10.098/2000. **Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.**

FERREIRA, C. R. **A inclusão de alunos com deficiência visual:** uma investigação acerca dos educandos matriculados na rede de ensino do município de irati - Unicentro Grupo de Trabalho – Psicopedagogia, Educação Especial e Inclusão, 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Desktop/TCC%20NÁDIA%20E%20ESMERALDO/ALUNO%20BAIXA%20VISÃO%20ÓTIMO.pdf>>. Acesso em: 10 de fev. de 2019.

FERREIRA, L. A. M; DIDONET, V. **Educação infantil – creches:** período integral e parcial = férias. Trabalho sobre assuntos legislativos da Rede Nacional Primeira Infância – RNPI, 2015. Disponível em: <<http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Educa%C3%A7%C3%A3o-Infantil-periodo-integral-e-parcial-f%C3%A9rias.pdf>>. Acesso em: 02 de mai. de 2019.

GALVÃO FILHO, T; et al. Conceituação e estudo de normas. In: **BRASIL, Tecnologia Assistiva.** Brasília: CAT/SEDH/PR, 2009, p. 13-39.

GALVÃO, N. C. S. S. de. **A comunicação do aluno surdocego no cotidiano da escola inclusiva.** Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/10965/1/Nelma%20Galvao.pdf>>. Acesso em: 10 de abr. de 2019.

GALVÃO FILHO, et al. **Deficiência visual e o acesso aos conteúdos textuais no Ensino Superior.** Revista entreideias, Salvador, v. 4, n. 1, p. 143-160, jan./jun. 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/7149-41747-1-PB.pdf>>. Acesso em: 10 de mai. de 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed.São Paulo: Atlas, 1999.

LIMA et. al. **Inclusão de alunos com deficiência em escolas do campo:** desafios da docência em contextos multisseriados. V. 20, n. 1, Passo Fundo, p. 203-214, jan./jun. 2013. Disponível em: <www.upf.br/seer/index.php/rep>. Acesso em 5 de mar. de 2019.

LUZ, A. C. da; SOUZA, L; SOUZA, I. S. **A inclusão de alunos com deficiência visual no âmbito escolar.** Estação Científica (UNIFAP), 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao>>. Acesso em 5 de mar. de 2019.

MARINS, M. J. S. de. **A escrita de palavras por surdos baianos estudantes de classes bilíngues e inclusivas em Feira de Santana e Amargosa-Ba.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Santana (UEFS). Disponível em: <
<https://drive.google.com/file/d/1k5JTjY6gsU48NRPHGE8fDixmYGe7LkpM/view>>. Acesso em: 8 de mai. de 2019.

MARTA, D. **Manual de acessibilidade espacial para escolas: o direito à escola acessível**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009.

QUINTELA, R. M; BONDEZAN, A. N. **O uso de tecnologias assistivas e de materiais adaptados no ensino de alunos com deficiência física**. Caderno PDE. Paraná, 2006. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_edespecial_unioeste_rosimeiremoreiraquintela.pdf>. Acesso em 08 de maio de 2019, às 09:58h.

RIBEIRO, S. S. **Estratégias pedagógicas para a permanência de estudantes surdos na Educação Superior**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação. Salvador, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/25206/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20DE%20MESTRADO%20UFBA-%20S%C3%A1tila%20Souza%20Ribeiro.pdf>>. Acesso em: 02 mai. de 2019.

SÁ, E. D. de; et al. Secretaria de Educação Especial. **Atendimento Educacional Especializado**. Brasília: SEESP, SEED, MEC, 2007. Disponível em: < Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_dv.pdf>. Acesso em: 29 Set. 2018.

SILVA, L. G. S. **Orientações para atuação pedagógica junto a alunos com deficiência: intelectual, auditiva, visual, física**. Natal: WP Editora, 2010.

UFRB. **Orientações para professores de estudantes cegos**. NUPI-UFRB, 2012. Disponível em: < <https://www1.ufrb.edu.br/nupi/index.php/orientacoes-para-professores>> Acesso em: 27 de fev. de 2019.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. Martins Fontes - São Paulo. 5ª edição, 1994.

_____. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: **Psicologia e pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento**. São Paulo, Moraes, 1991.

_____. **Obras escogidas V: Fundamentos de defectologia**. Madrid: Visor Dis, 1997.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

APÊNDICES

APÊNDICE 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos a Sr.^a para participar da Pesquisa intitulada “Estratégias pedagógicas para a inclusão de crianças com deficiência visual na escola do campo” desenvolvida pelos graduandos Eronadia de Oliveira Pereira e Esmeraldo Silva Gomes, estudantes do Curso de Pedagogia com ênfase em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as estratégias pedagógicas desenvolvidas no processo de inclusão de alunos da Creche Julia Medeiros, a fim de caracterizar as estratégias pedagógicas docentes que favorecem o processo de inclusão dos alunos com deficiência visual matriculados nesta escola.

Nesta perspectiva, sua participação na pesquisa é voluntária e se dará por meio de questionário, a partir de blocos temáticos e de objetivos. As perguntas serão de forma clara em linguagem acessível, utilizando-se das estratégias mais apropriadas à cultura e respeitadas as singularidades de cada participante da pesquisa, como destaca a Resolução 466/2012, IV.1 b.

Os riscos decorrentes de sua participação nesta pesquisa são: o desconforto por responder questões relacionadas ao seu ambiente de trabalho, a possibilidade de atrapalhar a realização de suas atividades em sala de aula e a necessidade de disponibilização do seu tempo. Entretanto, como forma de minimizar/evitar tais riscos, algumas providências serão tomadas, a exemplo, da possibilidade de responder ao questionário em um ambiente e horário escolhido pelo próprio participante, a fim de não alterar, significativamente, a sua rotina de trabalho.

Considerando, assim, o respeito pela dignidade humana, à proteção da imagem da instituição e do participante, a não estigmatização, a garantia da não utilização das informações em prejuízo, inclusive em termos de autoestima, além do desenvolvimento e o engajamento ético, consoante a Resolução N° 466/2012.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Os resultados serão transcritos, analisados e apresentados sem qualquer menção aos nomes dos (as) participantes, sendo garantido o anonimato, segundo a Resolução 466/2012, II.25, também integram aos grupos de estudo considerados vulneráveis.

É importante destacar que, a Sr.^a Diretora Aialy Cerqueira Santos Medeiros da Creche Julia Medeiros está ciente das corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, além de autorizar o desenvolvimento da pesquisa nesta instituição.

Ressaltamos ainda que a Sr.^a não terá nenhuma despesa na participação desta pesquisa, e também não haverá nenhum tipo de pagamento ou gratificação financeira pela sua participação.

Estamos à disposição para maiores esclarecimentos e, caso haja qualquer dúvida ou preocupação, poderá entrar em contato com os pesquisadores responsáveis por esta pesquisa por meio dos seguintes e-mails: eronadiapereira@gmail.com e esmeraldosilva79@gmail.com, Tel: 75 98141-6523 e 75 98186-7864.

Agradecemos, antecipadamente, pela sua colaboração.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

APÊNDICE 2

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, Aialy Cerqueira Santos Medeiros fui informada sobre os objetivos, benefícios e riscos da pesquisa acima descrita e compreendi as explicações fornecidas. Por isso, concordo em participar desta pesquisa, sabendo que não vou ter retorno financeiro e que posso sair a qualquer tempo. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura do (a) participante

Assinatura do(a) pesquisador(a)

Profª Me. (Orientador)

Assinatura do(a) pesquisador(a)

_____, ____/____/____
Local e data



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

APÊNDICE 3

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Eu, Aialy Cerqueira Santos Medeiros, diretora da Creche Julia Medeiros, autorizo os pesquisadores Eronadia de Oliveira Pereira e Esmeraldo Gomes da Silva, estudantes do curso de Pedagogia com ênfase em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- (UFRB), a desenvolverem nesta escola a pesquisa intitulada: “Estratégias pedagógicas para a inclusão de crianças com deficiência visual na escola do campo”, através das respostas ao questionário das professoras do Grupo 5 (cinco), sob a orientação da Prof^ª Me. Sátilla Souza Ribeiro.

Esta escola está ciente de suas corresponsabilidades como instituição em que será realizada a pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados.

Assinatura e carimbo do responsável institucional

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

APÊNDICE 4

ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS PROFESSORAS DA ESCOLA JULIA MEDEIROS

PARTE 1- Com o objetivo de traçar o perfil do (a) entrevistado (a)

1. Formação Educacional

Graduação:

Especialização:

Mestrado:

Doutorado:

2. Tempo de docência na Educação Básica

() Até 5 anos

() 5 a 10 anos

() Acima de 10 anos

CATEGORIA 1: DESAFIOS ENFRENTADOS NO CONTEXTO EDUCACIONAL INCLUSIVO

3. Qual o tipo de deficiência do estudante com o qual você trabalha(ou):

() Deficiência Visual / Cegueira

() Deficiência Visual / Baixa Visão

() Surdocegueira

(Outro): _____

4. O estudante com deficiência demonstra alguma dificuldade nas disciplinas ministradas por você?

() Sim () Não

5. Em caso afirmativo, que tipo de dificuldades foram apresentadas?

() Compreensão do conteúdo ministrado

() Inadequação do tipo de linguagem utilizada

() Tempo insuficiente para realização das atividades propostas

() Escassez de interação com os seus pares na turma

() Material didático inadequado para sua necessidade

() Outro

6. Que dificuldade você encontrou no atendimento a esses estudantes:

() Ausência de formação para essa atuação específica

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

- Inexistência de apoio institucional
 Carência de recursos adaptados
 Impossibilidade de fazer um atendimento específico em função das demandas do conteúdo do componente curricular e dos demais estudantes.
 Nenhuma
 Outro _____

7. Você conhece alguma normativa institucional que orienta o trabalho docente com estudantes com deficiência?

- Sim Não

CATEGORIA 2- CONCEPÇÃO DOS DOCENTES ACERCA DAS DIFICULDADES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM DEFICIENCIA VISUAL NA ESCOLA.

8. Quais suas principais dificuldades com relação ao processo ensino e aprendizagem do aluno com deficiência visual em relação a:

Comunicação:

Interação com o grupo classe:

Exposição dos conteúdos:

Disciplina (comportamento):

Outros:

CATEGORIA 3- ESTRATRATÉGIAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

9. Os alunos deficientes visuais para os quais leciona, necessitam de algum tipo de adaptação, recurso de acessibilidade ou utilizam alguma tecnologia assistida em ambiente computacional para realizar as atividades?

10. Você possui alguma formação (inicial ou continuada) na área de inclusão de pessoas com deficiência? Em caso positivo, em que contexto essa formação aconteceu? Que temáticas foram abordadas? Em caso negativo, você gostaria de receber alguma formação específica?

11. O estudante com deficiência demonstra (ou) dificuldades nas disciplinas que você leciona (ou)? Em caso positivo, o que foi feito para sanar essas dificuldades? Quais as estratégias utilizadas?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

12. Que mudanças foram realizadas na metodologia, nos recursos didáticos, no processo avaliativo ou no tempo disponibilizado para o desenvolvimento das atividades em sala de aula pelo aluno com deficiência? Como você as avalia?

13. O que já foi feito e o que poderá ser realizado pela escola para favorecer os docentes para uma prática pedagógica mais inclusiva?